

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 208

Data 12 de novembro de 1978 Pg.: _____

Editorial

O índio na hora antes do entardecer

12.11.78 ESP

Insistindo no exame a portas fechadas de um problema delicado como o é, sem dúvida alguma, o da emancipação do índio, o governo do general Ernesto Geisel começa a correr o risco de saber desfeito o crédito de confiança que uma ponderável parcela da opinião pública outorgou a s. exa: ao se configurar a importante questão. Em comentário publicado há dias nesta página, deixamos claro que não é possível tomar decisões a respeito das populações autóctones do País sem dispor de estudos cuidadosos e sem que se deixe de lado o estado emocional que muitas vezes caracteriza determinados grupos, preocupados com a sorte dos nossos irmãos silvícolas. Como também não é possível atender aos que exigem do governo a tomada de determinadas posições incompatíveis com a segurança do próprio índio, unicamente para que possam contar — diante da reação negativa das autoridades — com mais uma argumentação demagógica que sirva aos interesses daqueles que pretendem a subversão da ordem no País.

Como nossas autoridades podem facilmente perceber, cuidar para que

os índios sejam respeitados e protegidos não constitui privilégio das altas esferas do governo. Há muita gente empenhada em proporcionar o melhor a esses cidadãos que constituem hoje o tema central de numerosos debates, alguns deles travados objetivamente e por essa razão pertinentes, outros desvirtuados pela má fé e pelo evidente propósito de tumultuar um assunto muito sério. E podem também nossas autoridades perceber que esse clima de dúvida e de agitação é de responsabilidade do próprio governo federal, que subtrai à apreciação da opinião pública a íntegra do projeto de regulamentação do Estatuto do Índio, zelosamente trancado no gabinete presidencial.

São de inteira responsabilidade do governo, por essa razão, possíveis equívocos cometidos pelos que se lançam na defesa dos direitos dos grupos culturais ameaçados. De nossa parte, estranhamos que se pretenda atribuir à Funai, que tantos erros já cometeu no equacionamento da problemática do índio brasileiro, a responsabilidade por todos os títulos pesadíssima de

atribuir ou não, ao indivíduo participante da família indígena, a sua emancipação. Se, no documento trancado a sete chaves pelo general Ernesto Geisel, ficar consignada essa inconcebível liberalidade, a juízo de um órgão burocrático e ineficiente, sujeito a pressões muitas vezes exercidas com propósitos inconfessáveis, não há a menor dúvida de que a imagem do sr. presidente da República será muito prejudicada, tanto no Brasil como no Exterior.

O noticiário relativo ao problema da emancipação do índio é abundante e não pretendemos, por essa razão, ficar a repetir a opinião deste ou daquele manifestante, mesmo porque alguns deles não nos inspiram confiança, levados que foram pelo desejo de agredir o governo federal com o intuito de tumultuar o País. Entretanto, não podemos deixar de mencionar a reação dos próprios índios ao projeto do Executivo e à teima deste em esconder de todos — como se a única verdade emanasse do Planalto — um documento merecedor de amplo exame e minucioso debate. Vale a pena transcrever as palavras de um dos

integrantes da tribo terena, por sinal um funcionário público, Maurício Pedro, também estudante de Direito em Campinas: "A emancipação compulsória é prejudicial ao índio, que ainda não está preparado para competir em nossa sociedade. Eu mesmo, depois de tantos anos fora de minha aldeia, ainda sinto insegurança". Outro silvícola, o cacique Kaigang, da aldeia de Nonoai, no Rio Grande do Sul, afirma: "O que inspira esse projeto é o comércio, a exploração da vida do índio. Estou enxergando o que vai acontecer se o governo dividir as terras entre os índios. Vem um fazendeiro para comprar as terras e o índio, que não conhece dinheiro, vende por qualquer troquinho".

Eis, para meditação de quantos acompanham a momentosa questão, dois depoimentos que não podem deixar de pesar muito em qualquer julgamento. Principalmente naquele feito a respeito das razões que têm levado o governo federal a ocultar dos brasileiros — aos quais é obrigado a servir — a íntegra do decreto que propõe a emancipação do índio.